

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 20

TV RECORD - DF - BALANÇO GERAL - MANHÃ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita federal apreende skunk e cocaína na bagagem de passageiros..... 3

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf pautou e não julgou 13.168 processos que somam R\$ 246,6 bilhões em discussão
..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova projeto que reduz conta de luz..... 5

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

BB torna-se primeiro banco a oferecer crédito pessoal pelo whatsapp..... 6

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

MP que fixa salário mínimo em R\$ 1.212 em 2022 é promulgada..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

A crise econômica no centro dos debates..... 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Um novo pacto federativo para o Brasil (Artigo)..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Corte para acomodar reajuste será revisto..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Inflação 'corrói' teto e dificulta tarefa de acomodar aumento..... 14

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Bloqueio atinge mais Educação, Ciência e Saúde, diz IFI..... 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lei que impõe teto ao ICMS não passa de demagogia (Editorial)..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Política fiscal precisa ajudar BC a controlar inflação..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Leão cada vez mais faminto..... 18

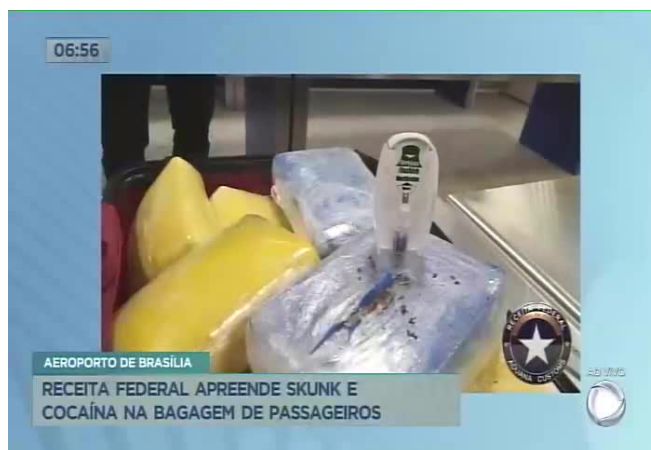
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em defesa dos contribuintes..... 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Hoje é dia de comprar sem pagar impostos	20
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Estados querem fundo de compensação para perda de receita com ICMS.....	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Senado aprova devolução de créditos tributários para diminuir tarifa de energia	24
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Estelionato eleitoral e impostos - VINICIUS TORRES FREIRE	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Corte na conta de luz com ajuste de tributos passa no Senado.....	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
ICMS: arrecadação compensará perdas, diz União	28
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Cachê é nove vezes o orçamento de cultura	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Governo defende decretar calamidade para subsidiar preço de combustíveis	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Inflação do café da manhã é mais que o dobro do IPCA.....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Lucros de empresas na Bolsa sobem mais de 80% no 1º trimestre	38
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Fome à brasileira (Editorial).....	41
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA	
Teto do ICMS afeta educação (Editorial).....	42
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Governo negocia projeto para quebrar o controle da Petrobras sobre dutos.....	43
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Alta da cesta básica até abril já levou ganho do mínimo	44

Receita federal apreende skunk e cocaína na bagagem de passageiros



Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/06/02/TVRECORDDF-06.57.40-07.00.29-1654166714.mp4>

Carf pautou e não julgou 13.168 processos que somam R\$ 246,6 bilhões em discussão

Por Beatriz Olivon - Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/carf-pautou-e-nao-julgou-13168-processos-que-somam-r-2466-bilhoes-em-discussao.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/carf-pautou-e-nao-julgou-13168-processos-que-somam-r-2466-bilhoes-em-discussao.ghtml>

Senado aprova projeto que reduz conta de luz

Vandson Lima e Renan Truffi De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187234

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187234

BB torna-se primeiro banco a oferecer crédito pessoal pelo whatsApp

Publicado em 02/06/2022 - 06:02 *Por*
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A partir de hoje (2), os clientes do Banco do Brasil poderão contratar operações de crédito pessoal pelo whatsapp. O banco tornou-se o primeiro do país a usar o aplicativo de mensagens para a contratação de empréstimos.

Todo o processo é feito por meio do whatsapp. Basta o cliente iniciar uma conversa com o número (61) 4004-0001 para contratar a operação. O assistente de inteligência artificial permite a simulação das condições, como data de vencimento, juros e valor das parcelas, antes da contratação.

Clientes que já têm empréstimos pessoais com o banco também poderão usar o whatsapp para acompanhar o extrato das operações. Até o fim do ano, o BB pretende ampliar a oferta de crédito pelo aplicativo, incluindo crédito consignado, antecipação da restituição do Imposto de Renda, antecipação do décimo terceiro e crédito para veículos.

Nos últimos 90 dias, o BB fez mais de 23 milhões de atendimentos em assistentes virtuais. Segundo o banco, grande parte desse total estava relacionada a dúvidas sobre operações de crédito. A solução tecnológica, informou a instituição financeira, foi desenvolvida com base nos relatos dos clientes.

O BB foi o primeiro banco no país a oferecer serviços por meio do whatsapp, inicialmente com consultas de saldo. Posteriormente, a ferramenta passou a fornecer extratos e faturas do cartão de crédito. As operações por meio do aplicativo foram ampliadas para transferências, pagamentos, Pix e renegociação de dívidas, entre outras.

O banco foi pioneiro em diversas soluções sem interação humana, como o envio do informe de rendimentos. Entre outras inovações, estão o entendimento de mensagens de voz pelo assistente de inteligência artificial e o oferecimento de assistente virtual especializado em pessoas jurídicas, além de serviços relativos ao **INSS** sem interação humana e cobranças bancárias pelo WhatsApp.

Site:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022->

***06/bb-torna-se-primeiro-banco-oferecer-credito-pessoal-
pelo-whatsapp***

MP que fixa salário mínimo em R\$ 1.212 em 2022 é promulgada

Por g1 - São Paulo

A Medida Provisória (MP) que fixa o salário em R\$ 1.212, aprovada pelo Senado em 26 de maio, foi promulgada nesta quinta-feira (2).

MP que fixa salário mínimo em R\$ 1.212 neste ano é promulgada - Foto: Reprodução / Diário Oficial da União

A MP foi editada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em 31 de dezembro de 2021 e passou a valer imediatamente. Precisava, contudo ser aprovada pelo Congresso Nacional para se tornar lei em definitivo (veja detalhes no vídeo mais abaixo)

O texto já havia passado pela Câmara dos Deputados.

O valor definido pela MP não representou aumento real para os trabalhadores, somente a correção inflacionária, o que foi criticado pelos parlamentares (leia detalhes mais abaixo).

De acordo com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 56,7 milhões de pessoas no Brasil, das quais 24,2 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Carrinho vazio: g1 mostra queda do poder de compraEntenda: o peso da **inflação** no salário mínimo

Os R\$ 1.212 estão em linha com o valor fixado no Orçamento de 2022, aprovado pelo Congresso em 21 de dezembro e que previu alta de 10,18% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O INPC é a base do governo para correção anual do salário mínimo.

Críticas ao valor

A relatora da MP, senadora Soraya Thronicke (União-MS), não fez mudanças ao texto aprovado na Câmara e disse estar cumprindo uma formalidade de uma medida que já entrou em vigor.

Ela se disse constrangida em manter em R\$ 1.212 o valor do salário mínimo e ressaltou que, em meio aos embates políticos e à polarização ideológica, a

economia é o maior problema do país.

Essa polarização, na verdade, não passa de uma grande cortina de fumaça que todos nós caímos quando não prestamos atenção, que os nossos problemas, de todos os brasileiros, é um só: é a economia, é fazer esse país prosperar. Então as pessoas ficam se iludindo, se distraíndo com bobagens que não vão colocar comida na mesa dos brasileiros , disse.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chamou o discurso da senadora de corajoso , acrescentando que apontou para a dicotomia no Brasil entre os problemas reais e os problemas criados com objetivo eleitoral e oportunista .

Nós temos problemas reais no Brasil, que são os problemas dos dois dígitos. Os dois dígitos da **inflação**, os dois dígitos dos juros, os dois dígitos do desemprego, os dois dígitos que se aproximam o preço da gasolina, em alguns lugares já a R\$ 10 no Brasil. Portanto, esses são problemas reais que se resolvem com soluções verdadeiras, propositivas. E há o problema criado como cortina de fumaça para esconder os problemas verdadeiros , disse Pacheco.

Ele ressaltou que o salário mínimo deveria ser muito maior, mas que isso seria impossível, porque a proposta é uma decisão do Executivo que deve ser referendada por causa do respeito à responsabilidade fiscal.

Nos discursos, os senadores também criticaram o reajuste do mínimo sem aumento real enquanto o governo mantém um orçamento secreto bilionário e o Congresso se articula para reajustar a remuneração de juízes.

O senador Cid Gomes (PDT-CE) disse que votaria contra a medida porque é uma falácia do Executivo dizer que não há espaço fiscal para a melhoria do salário.

Podcast

Ouçã o episódio do podcast O Assunto sobre O salário mínimo comido pela **inflação** :

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/02/mp->

***que-fixa-salario-minimo-em-r-1212-em-2022-e-
promulgada.ghtml***

A crise econômica no centro dos debates



Taísa Medeiros

Com a escalada da **inflação** e seus impactos, principalmente, nos preços dos combustíveis e dos alimentos, a pauta econômica se tornou protagonista nos discursos dos pré-candidatos ao Palácio do Planalto.

Na sabatina do Correio, realizada nesta semana, presidenciáveis foram contundentes nas declarações sobre a grave crise econômica na qual está mergulhada o país. A alta taxa de desemprego e o aumento das desigualdades foram destacados.

Pré-candidato do PDT, o ex-governador Ciro Gomes disse que o Brasil vive sua "mais grave crise". No que chamou de "terapia" para tal diagnóstico, ele apresentou o livro no qual discorre sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), elaborado por sua equipe.

"Em vez de o Brasil ter uma meta de **inflação** - que a gente vai perseguir aquela que seja a melhor possível -, temos de ter uma meta de crescimento econômico", destacou o terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto. Segundo ele, haveria um plano de longo prazo, com duração de 30 anos. Até lá, ocorreriam metas intermediárias, de cinco em cinco anos.

A senadora Simone Tebet (MS), pré-candidata pelo MDB, enfatizou o elevado preço dos combustíveis. Um problema que o governo não consegue resolver e fez com que o presidente Jair Bolsonaro (PL) promovesse trocas em série no comando da Petrobras, sem sucesso até agora. O chefe do Executivo critica a política de preços da estatal, atrelada ao mercado internacional.

Para Tebet, porém, acabar com a Paridade Internacional de Preços (PPI) adotada pela Petrobras traria mais problemas do que soluções. Segundo ela, é possível tomar ações com efeito imediato para reduzir os valores cobrados nas bombas, como a criação de "créditos extraordinários".

Tebet também comentou sobre privatizações. Ela se disse a favor da desestatização da Eletrobras, mas votou contra o texto, em tramitação no Congresso, porque não concordou inteiramente com o teor. A senadora o definiu como "um jabuti dos mais perversos".

"Nós só não conseguimos derrubar porque estávamos numa pandemia, em que tivemos de votar no virtual. O Senado quase derrubou, porque, no meio das regras da Eletrobras, o projeto estava, a princípio, bom. Veio um jabuti da Câmara e que vai fazer com que vocês que estão nos acompanhando pague uma conta de energia mais cara ainda", continuou, se referindo aos internautas, que puderam acompanhar a sabatina ao vivo por meio do site e das redes sociais do jornal. Segundo a parlamentar, o projeto vai beneficiar apenas "meia dúzia de lobistas", com a construção de termelétricas e de um gasoduto no Nordeste.

Já o pré-candidato do Pros, Pablo Marçal, afirmou que nem todas as estatais precisam ser privatizadas, mas deveria haver uma análise do Tribunal de Contas da União (TCU), e "toda empresa que cheira a mofo, que tem cartel, monopólio, que tem ferrado a nação do Brasil" tinha de ser vendida.

Marçal se disse defensor das privatizações, inclusive no caso da Petrobras. "A gente precisa fragmentar a Petrobras em pequenas e médias empresas. Não precisa vender para capital estrangeiro, mas a gente precisa quebrar esse monopólio", ressaltou.

Desperdício

Defensor de uma menor participação do Estado na economia, Felipe D'Avila, pré-candidato do Novo, criticou o que chamou de "desperdício de dinheiro público" no Brasil: os fundos eleitoral e partidário.

"É tudo verba eleitoreira. Isso é rasgar dinheiro público. Aliás, o maior desperdício de dinheiro público são os R\$ 5 bilhões do fundo eleitoral para financiar campanha política num ano em que o Brasil precisa de dinheiro em outras áreas para ajudar, inclusive

peças com problemas gravíssimos, como no Recife, por causa das chuvas; por mais dinheiro para hospitais e saúde pública", argumentou.

Pré-candidata do PCB, Sofia Manzano apresentou as propostas do partido para o âmbito do funcionalismo público. "Nós defendemos que os serviços essenciais sejam exercidos por **servidores públicos** e não por terceirizados nem apadrinhados, pois são formas de desvio de recursos públicos", destacou.

Socióloga e postulante ao Planalto pelo PSTU, Vera Lúcia Salgado defendeu a revogação das reformas trabalhista e previdenciária e o teto de gastos. "A revogação imediata de todas as reformas feitas contra a classe trabalhadora. Nós vamos estatizar as 100 maiores empresas deste país e vamos colocar sob o controle da classe trabalhadora organizada", ressaltou.

Retorno

Para o cientista político do Insper Leandro Consentino, a economia costuma ser central no decorrer das campanhas, mas havia perdido o posto nas eleições de 2018, quando o debate girou em torno do combate à corrupção.

"A questão é menos como a população compreende as filigranas do debate macroeconômico. E isso, de fato, a população não entende, mas a gente tem o "como" isso chega para o eleitorado. É com base nisso que ele vai decidir", destacou. "Temos quatro meses para as eleições, e, provavelmente, as narrativas serão mais importantes do que o próprio conhecimento factual da economia." A deterioração da percepção de bem-estar social, no pós-pandemia, lança a agenda econômica para a centralidade do debate eleitoral, observou o mestre em ciência política e professor do Ibmeq-DF Danilo Moraes. Conforme destacou, o eleitor mediano costuma ser essencialmente pragmático. "A complexidade da engenharia econômica demanda soluções igualmente sofisticadas, mas que, dificilmente, serão assimiladas pelo eleitor mediano. Ele espera, simplesmente, a solução para o impasse, dando importância secundária aos meios", explicou.

Moraes destacou que o mal-estar sentido pelo eleitor é uma combinação da observação da **inflação**, da precarização do trabalho, da queda real dos salários e da alta dos juros.

Defasagem

Há 82 dias congelado nas refinarias da Petrobras, o preço do litro da gasolina mantém uma diferença de 13% em relação aos valores internacionais. E a defasagem do diesel é, em média, de 6%. A alta reflete nova escalada do preço do petróleo no exterior.

Para a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), se a Petrobras quiser alinhar os preços, terá de aumentar a gasolina em R\$ 0,56, e o diesel, em R\$ 0,33. Um reajuste é esperado a qualquer momento.

Um novo pacto federativo para o Brasil (Artigo)

LUIZ ALFREDO SALOMÃO E RICARDO LODI

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Corte para acomodar reajuste será revisto

***Estevão Taiar, Lu Aiko Otta e Fabio Murakawa De
Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187234

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187234

Inflação 'corrói' teto e dificulta tarefa de acomodar aumento

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187234

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187234

Bloqueio atinge mais Educação, Ciência e Saúde, diz IFI

O bloqueio de R\$ 8,2 bilhões de recursos no Orçamento de 2022, anunciado no fim de maio pelo Ministério da Economia, vai afetar principalmente os ministérios de Ciência e Tecnologia, Educação, Saúde e Defesa. Juntos, os quatro ministérios serão responsáveis por R\$ 6,3 bilhões do bloqueio, ou 78% do total. O bloqueio significa que o dinheiro não poderá ser gasto pelas pastas.

O levantamento foi feito pela IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão de assessoramento do Senado, com base em um decreto publicado na terça-feira (31) no Diário Oficial da União. Oficialmente, o governo ainda não detalhou onde fará os cortes.

Conforme a IFI, os cortes nos ministérios foram os seguintes (por ordem de valores): Educação, R\$ 2 bilhões; Ciência, Tecnologia e Inovações, R\$ 1,8 bilhão; Saúde, R\$ 1,6 bilhão; Defesa, R\$ 1 bilhão; Infraestrutura: R\$ 455,5 milhões; Agricultura, Pecuária e Abastecimento, R\$ 276,7 milhões; Cidadania, R\$ 256,7 milhões; Relações Exteriores, R\$ 187 milhões; Comunicações, R\$ 141,7 milhões; Justiça e Segurança Pública, R\$ 140,8 milhões; Minas e Energia, R\$ 58,5 milhões; Turismo, R\$ 54,8 milhões; Mulher, R\$ 22,9 milhões; Economia, R\$ 871 mil.

Além dos ministérios, os bloqueios atingiram a Presidência da República (R\$ 35,4 milhões) e o Banco Central (R\$ 29,1 milhões). Houve ainda bloqueio de R\$ 888,3 milhões das chamadas emendas de relator - as emendas do chamado "orçamento secreto", alvos de polêmica.

Ao mesmo tempo, conforme o levantamento da IFI, o decreto previu mais recursos para o Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 657 milhões) e para o Ministério do Trabalho e Previdência (R\$ 331 milhões).

Com isso, chegou-se à cifra de R\$ 8,2 bilhões bloqueados. O montante retido vai evitar o descumprimento do chamado teto de gastos - a regra constitucional que limita o gasto ao previsto no Orçamento do ano anterior, corrigido pela **inflação**. Em março, o governo já havia bloqueado R\$ 1,7 bilhão com o mesmo objetivo. Assim, o corte total já chega a R\$ 9,9 bilhões.

O bloqueio de recursos para ministérios e demais

órgãos, no entanto, pode ser ainda maior. Se decidir conceder aumento salarial de 5% para todos os funcionários públicos federais a partir de julho, o governo precisará de espaço adicional de R\$ 5 bilhões no Orçamento de 2022. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/02-junho-2022/10-caderno>

Lei que impõe teto ao ICMS não passa de demagogia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Política fiscal precisa ajudar BC a controlar inflação

Cássia Almeida, Rafael Vazquez e Sérgio Tauhata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187234

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187234

Leão cada vez mais faminto



A **Receita Federal** divulgou ontem, que até a última terça-feira - fim do prazo de entrega -, recebeu 36.322.912 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2022, superando a expectativa, que era de 34,1 milhões. Segundo especialistas, o aumento acima do previsto é resultado de uma distorção: o congelamento da tabela do IR, que vem obrigando um número cada vez maior de pessoas, antes isentas, a prestar contas ao Fisco, mesmo sem ter acréscimo real de renda.

"Essa situação é ruim do ponto de vista da justiça fiscal, uma vez que os novos declarantes são pessoas que tiveram um pequeno aumento salarial por conta da **inflação** e que, caso a tabela fosse reajustada, não teriam essa obrigação e nem ficariam sujeitas ao pagamento de imposto", afirmou Jordão Novaes, tributarista do escritório Zilveti Advogados. "Ao se manter desatualizada, a tabela acaba tributando pessoas com menor capacidade contributiva."

Injustiça

O total de 36 milhões de declarações surpreendeu a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), uma vez que o crescimento médio do número de declarantes, nos últimos cinco anos, era de 2,84% - e desta vez alcançou 14,8%. "Esse aumento vertiginoso deve-se sobretudo à não correção da tabela, que está defasada em 134,53%", informou a entidade, em nota.

"O crescimento exponencial dos declarantes decorre do fato de a massa de contribuintes, particularmente proveniente da classe média-quase-pobre, ter tido uma pequena melhora salarial e ter se visto obrigada a declarar, o que é uma injustiça enorme, já que os grandes contribuintes, os super ricos, não pagam

imposto por conta da isenção da tributação da distribuição de lucros", explicou a Unafisco. Ainda de acordo com a entidade, o governo deveria atualizar a tabela do IR - uma promessa de campanha não cumprida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) - e isentar aqueles que ganham até R\$ 4.465,00 por mês, para promover um pouco de justiça fiscal. Este ano, a declaração foi obrigatória para as pessoas que receberam rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 em 2021. Ou seja, quem recebeu R\$ 2.379,97 por 12 meses ou R\$ 2.196,90 em 13 salários.

A prática dos políticos que tentam a reeleição de lançar mão ou aprovar pacotes de "bondades" - medidas favoráveis a grupos da população e frequentemente associadas à desoneração de **impostos** - tem sido uma tática de Bolsonaro na campanha pela reeleição. Porém, o tributarista Jordão Novaes observa que a correção da tabela não está no pacote de bondade do ministro da Economia, Paulo Guedes, "pois não se trata de uma prioridade do governo, como o aumento dos servidores".(FS)

Em defesa dos contribuintes



Isabel Dourado*

O deputado federal Felipe Rigoni (União Brasil-ES) quer mudar a relação entre o contribuinte e as autoridades tributárias. "A relação entre o pagador de **impostos**, pessoa física ou jurídica, e o Fisco é muito desigual. Ele já presume que a pessoa sonega **tributos**. As multas são muito abusivas e os prazos, curtos. Tudo isso precisa de uma harmonização", disse Rigoni, em entrevista ao programa CB Poder, uma parceria entre o Correio e a TV Brasília.

O parlamentar é autor de projeto de lei que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias na relação do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Segundo Rigoni, a proposta visa combater o "abuso de poder" do Fisco, estabelecendo uma proteção ao contribuinte contra a faculdade do poder de tributar, fiscalizar e cobrar **impostos** instituído em lei.

"Vamos imaginar uma empresa que tenha sido fiscalizada pela receita estadual. Muitas vezes acontece de um fiscal chegar e dizer "você não recolheu o imposto e tem que pagar 50 mil reais de multa em 12 horas". Se o empresário não pagar, o fiscal suspende a inscrição da empresa, e aí ele não vai conseguir arcar com a multa", exemplifica o deputado.

"Não pode haver cancelamento de CNPJ sem amplo direito de defesa. O que estamos buscando é segurança jurídica e previsibilidade na relação entre o Fisco e os pagadores de **impostos**", afirmou Rigoni. "Para cancelar o CNPJ, será preciso decisão de um tribunal, seja estadual, seja federal. Então, o

contribuinte vai ter direito à defesa. Aquelas fiscalizações surpresa vão acabar." O projeto também cria barreiras à criação indiscriminada de taxas - uma estratégia que, no entendimento de Rigoni, tem sido muito usada por prefeituras para aumentar a arrecadação. Pela proposta, a instituição de taxas precisará demonstrar "correspondência entre o valor exigido e o custo da atividade" que ela pretende financiar, e os recursos não poderão ser usados em outra finalidade.

"Demorou nove meses para a gente construir o projeto. Consultamos diversos juristas e economistas. Esse projeto é muito inspirado no código de defesa dos Estados Unidos, o Taxpayer Bill of Rights", disse Rigoni.

Com 37 artigos, o texto prevê a possibilidade de encontros de contas para quem tem dívidas com a **Receita Federal** e créditos a receber. Também estabelece que os montantes devidos pelo Fisco aos contribuintes deverão ser sempre corrigidos pela taxa Selic.

Outro aspecto diz respeito à solidariedade tributária. Com o novo código, para a **Receita Federal** poder cobrar da subsidiária de uma empresa, ela precisará mostrar que o primeiro sócio não tinha possibilidade de pagar. Só depois disso poderá cobrar da subsidiária.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Hoje é dia de comprar sem pagar impostos



Em açougues da capital, cortes de carne serão comercializados com desconto, mas consumidor deve ver se há limite para venda. São 800 lojas na capital com oferta também de gás, remédios e material elétrico

Thiago Bona e Cler Santos

Lojistas de todo país aderiram ao Dia Livre de **Impostos**, hoje, iniciativa promovida pela Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem (CDL Jovem) para protestar contra a alta carga tributária e o baixo retorno dos **impostos** arrecadados em bens e serviços. Com isso, os lojistas não vão repassar, em alguns produtos ou em uma quantidade predefinida, os **tributos** cobrados pelo governo para o consumidor final. Em todo país, mais de 4.000 estabelecimentos vão participar, sendo aproximadamente 800 em Belo Horizonte. E os produtos livre de **impostos** vão de carne, chope a gás de cozinha, remédios e material de construção.

Segundo Raphael Pagani, coordenador nacional da CDL Jovem, a cobrança média de **impostos** sobre consumo é de cerca de 40% do valor final. "Toda vez que vamos ao supermercado, ao shopping ou comprar gasolina, a gente tá ajudando nos **impostos**", aponta Pagani. Alguns dos produtos estão sendo vendidos sem **impostos**, mas com uma quantidade limitada por clientes.

O Brasil é o 14º país, em uma lista de 30, com a maior carga tributária. Sendo que, nesta mesma lista, o país é o último colocado no retorno dos **impostos** para a população, seja em forma de educação, infraestrutura, saúde, segurança e transportes. O diretor de negócios do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), Carlos Pinto, aponta que a corrupção e a má gestão acabam por contribuir negativamente para classificação ruim.

Carlos também aponta que o Dia Livre de **Impostos** é importante para que tenhamos "uma percepção de como teríamos uma qualidade de vida mais elevada se a cobrança não fosse sobre o consumo, mas sobre renda e patrimônio." Para ele, a "sonegação não é um caminho", porque os **impostos** são parte fundamental dos recursos usados no desenvolvimento da nação.

O brasileiro terá que trabalhar 149 dias do ano para pagar todos os **impostos**. E para se ter ideia do peso dos **impostos**, entre janeiro e ontem foram arrecadados R\$ 1,21 trilhão em **impostos** federais, estaduais e municipais em todo o país, segundo o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo. O painel, instalado no Centro de São Paulo, mede a arrecadação de **impostos** em tempo real. A entidade fez ainda um levantamento que revela o peso dos tributos nos presentes para o Dia dos Namorados, que chegam a 80% no caso dos perfumes importados.

DATA "O objetivo principal desse dia é mostrar para a população, através de um protesto pacífico que as pessoas pagam muito imposto nos produtos que consomem, alertar e conscientizar sobre a alta tributária no país. A essência do movimento é mostrar para a população a elevada carga tributária e a falta de retorno", explica o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), Marcelo de Souza e Silva.

A ideia do protesto nasceu em 2003, com o CDL Jovem, órgão auxiliar com objetivo de complementar as ações da CDL-BH, identificando, treinando e desenvolvendo futuros líderes. De acordo com Marcelo, que integrou o CDL Jovem em 1989, sempre foi percebida essa necessidade de conscientizar a população sobre os **tributos**. "A iniciativa nasceu em BH e assim ficou por uns três anos, logo depois expandimos para o estado, e agora para todo o país."

O presidente da CDL esclarece que não há restrição para nenhum tipo de empresa de nenhum segmento para participar do protesto, mesmo que não seja associado à CDL. "Pode ser empresa de comércio e serviços, a interessada só tem que deixar claro no site no ato da inscrição, o que ela vai colocar à disposição dos clientes sem o preço dos **impostos**", explica.

De acordo com Marcelo de Souza, o final do mês de maio é quando os brasileiros começam a finalmente gastar o dinheiro consigo mesmos, pois os primeiros cinco meses são de trabalho para pagar **impostos**. "A data escolhida é sempre final de maio ou início de

junho porque é feita uma conta. Até 1º de junho, nós trabalhamos só para pagar imposto, de acordo com a média calculada. A partir do dia 2, os ganhos do seu trabalho finalmente são seus. Então, tem esse parâmetro, de que agora "estou livre de **impostos**". É uma carga muito pesada. Trabalhar cinco meses do ano para pagar imposto é muita coisa", explica.

OPORTUNIDADE Marcelo destaca que o Dia Livre de **Impostos** é uma oportunidade de vendas, que também trará lucro para o lojista por outros motivos. "É uma oportunidade para o lojista que está com um produto estocado, por qualquer motivo, como mudança de estação ou negociações com o fabricante, trazer as pessoas para o seu estabelecimento. Participando do protesto, ele realiza vendas e mostra para as pessoas que ele está preocupado com a causa tributária", disse.

Alguns empresários argumentam que existe a ideia de que parte dos lucros vem dos **impostos** embutidos nos produtos e serviços. Um exemplo é o proprietário do bar e restaurante Almanaque, Fabiano Aguiar. O chope será vendido a R\$ 4,99 sem **impostos**, enquanto, originalmente, custa R\$ 11,90 para o consumidor, devido aos **impostos**. O presidente da CDL-BH esclarece que o imposto será pago sim, mas não pelo consumidor desta vez. "Alguém vai assumir a responsabilidade, ou o próprio lojista/prestador de serviços, ou o fabricante, alguma parte dessa cadeia de produção. Pode haver uma divisão, o fabricante cobre metade e o lojista metade. Há uma lógica para que tudo funcione, mostrando que a CDL está preocupada com o lojista e com o consumidor"

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/02/06/2022/p1>

SEM A CARGA FISCAL

Veja algumas lojas e produtos em BH no Dia Livre de Impostos

LOJA	PRODUTO	PREÇO NORMAL	PREÇO SEM IMPOSTOS	DESCONTO
Não+Pelo	Combo 10 sessões de depilação	R\$ 4.470	R\$ 1.770	60%
Açougue Diamantina	Músculo bovino	R\$ 38,99	R\$ 23,39	40%
Conde Carnes	Músculo bovino	R\$ 39,99	R\$ 24,99	40%
Kenned Carnes	Músculo bovino	R\$ 41,99	R\$ 24,99	40,5%
Ping Pão Castelo	Minipão de queijo	R\$ 42,99	R\$ 29,99	30%
FlashGás	Gás LP 13kg	R\$ 109,65	R\$ 89,90	18%
Mustache Pizzaria	Pizza de Costelinha/ Molho barbecue 8ft	R\$ 69,90	R\$ 49,90	29%
Vanfall Destilaria	Gin to Fly	R\$ 94,90	R\$ 66,43	30%
PetJet	7kg de ração Fórmula Natural para Cães Filhotes	R\$ 187,99	R\$ 121,47	35%
Abdala Cheik Empório Árabe	Chanclhe (queijo árabe)	R\$ 15	R\$ 12	20%
Dental Free	Resina Prizmadentária para impressão 3D	R\$ 685	R\$ 422,35	38%
Loja Elétrica	Lâmpada LED Jumbo Philips	R\$ 187,22	R\$ 128	32%
Marmitaria BH	Almoço para dois	R\$ 32	R\$ 28,80	10%
TacomTudo	Burrito mineiro	R\$ 26	R\$ 20,80	20%
Orthocrin	Colchão de molas casal	R\$ 3.694	R\$ 2.475	33%
ACIUM	Acessórios	R\$ 239,99	R\$ 119,99	50%
Latícinios Borba	Castanha - de - caju	R\$ 64,80	R\$ 41,18	36%
Macal Madeiras	Ripa de madeira em ipê	R\$ 13,32	R\$ 9,94	25%

Fonte: www.dialivredeimpostos.com.br

Estados querem fundo de compensação para perda de receita com ICMS

Lucas Marchesini e Renato Machado

Os secretários estaduais de Fazenda vão propor a criação de um fundo para compensar as perdas com a redução do ICMS sobre combustíveis e a energia elétrica, a ser composto por dividendos da Petrobras, royalties do petróleo e participação especial sobre a produção da commodity. Com isso, o fundo chegaria a R\$ 35 bilhões.

Esse valor deixaria de entrar nos cofres do governo federal. Para impedir essa perda, a proposta dos estados prevê um aumento na CSLL incidente sobre o petróleo. Hoje, a contribuição está em 9%. Ela passaria para 30% caso o preço do barril supere US\$ 80. Abaixo disso, a alíquota seria de 20%. Com isso, aspe idas do governo federal seriam zeradas, calculam os secretários estaduais.

As idéias serão apresentadas nesta quinta-feira (2) ao senador Fernando Bezerra Coelho (MDP-PE), relator do projeto que classifica combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo como bens e serviços essenciais.

Com isso, valeria entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que limita a incidência do imposto a uma faixa de 17% a 18% sobre esses itens.

Coelho se encontrará com 15 secretários estaduais. O principal argumento dos estados é que a perda de arrecadação terá um impacto direto nos gastos com saúde, educação e combate à pobreza. Somente para a saúde e a educação seriam cerca de R\$ 20 bilhões. Além disso, 24 estados têm fundos de combate à pobreza cujas receitas vêm do ICMS. Todos ficariam comprometidos se o projeto for aprovado sem mudanças.

A criação de uma conta de compensação foi o principal ponto de um projeto de lei aprovado pelo Senado em março deste ano. No entanto, a proposta acabou engavetada na Câmara dos Deputados. O presidente daquela Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), resiste a usar recursos dos royalties do petróleo para esse fim.

Senadores chegaram a indicar que a aprovação do projeto de lei que limita **tributos** estaduais sobre combustíveis e energia só avançaria no Senado com

um acordo. Ele envolveria tirar da gaveta da Câmara a proposta prevendo a conta de compensação. A condição depois foi perdendo força.

O projeto que veio da Câmara também prevê uma compensação a estados em caso de perda de arrecadação, o chamado gatilho. Para entes endividados, a União deduzirá do valor das parcelas dos contratos de dívidas as perdas de arrecadação superiores a 5% em relação a 2021. A dedução vai até 31 de dezembro de 2022 ou até a dívida acabar.

Para os secretários, é um gatilho quebrado porque, com a **inflação** na casa dos dois dígitos, a perda de arrecadação com o ICMS deveria chegar perto de 20% para que o gatilho fosse ativado, o que não vai acontecer.

O Senado começou a analisar a proposta que limita os **tributos** estaduais, uma semana após aprovada pela Câmara dos Deputados. Inicialmente previa-se resistência dos senadores por causa da proximidade desses parlamentares com os estados brasileiros, que reclamam do impacto na arrecadação -estimam em até R\$ 83 bilhões por ano.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49930&anchor=6456986&pd=07d5d2db0d341695d905bbf47cf0b419>

Senado aprova devolução de créditos tributários para diminuir tarifa de energia

Renato Machado

O Senado aprovou um projeto de lei que prevê a devolução aos consumidores de créditos tributários recolhidos a mais das distribuidoras de energia elétrica, na forma de redução das tarifas.

Cálculos apontam que R\$60 bilhões poderão ser repassados para a amortização das tarifas de energia, recursos que vinham sendo disputados pelas distribuidoras, como a Folha mostrou.

O projeto de lei, de autoria do senador Fabio Garcia (União Brasil-MT), foi aprovado de maneira simbólica pelos senadores. Agora segue para a votação pelos deputados federais e, caso novamente aprovado, vai para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A proposta faz parte da ofensiva do governo e do Congresso para reduzir o impacto dos reajustes na conta de luz e os preços de combustíveis, a cinco meses das eleições.

A votação no Senado se deu após articulação coma Câmara -onde há um projeto com o mesmo teor. A proposta não passou pelas comissões temáticas, foi levada direta ao plenário e incluída de última hora na pauta da sessão.

O relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirma que o projeto de lei tem como objetivo principal eliminar a incerteza sobre quem seriam os reais beneficiários dos créditos, se seriam as distribuidoras ou os consumidores.

Em 2017, o Supremo decidiu excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. Particularmente no setor elétrico, passou a haver a expectativa de que as distribuidoras de energia teriam R\$ 50 bilhões para receber da União na forma de créditos tributários.

Braga explicou que a atualização desses valores eleva a quantia para R\$ 60 bilhões.

O destino dos recursos estava em discussão na agência que regula o setor de energia elétrica, a Aneel, mas o processo está parado há quase um ano, ainda na fase de audiências públicas. O maior impasse é definir a parcela das distribuidoras de energia nessa gigantesca quantia.

Braga argumenta estar claro que o beneficiário dos recursos é a população, uma vez que as distribuidoras "não são pagadoras" dos **tributos** e sim "meras recolhedoras".

"Dados atualizados, segundo a Aneel, apontam para um valor atualizado de R\$ 60 bilhões, desses R\$ 50 bilhões. O que temos visto é uma imensa incerteza legal quanto ao consumidor ser o beneficiário final desses créditos, ou seja, que aquele consumidor de energia elétrica que pagou esse tributo possa ser o beneficiário direto, pela decisão do Supremo, da cobrança a maior pela base tributária do ICMS sobre o PIS e Cofins e sobre o PIS/Pasep", afirmou, durante leitura de seu relatório.

"Não há dúvidas quanto ao fato de que o consumidor deve ser o beneficiário final desses créditos. Afinal, foi o consumidor que pagou a contribuição para o PIS/Pasep e para a Confins em valor maior do que aquele que deveria ter sido cobrado. Isso porque, pelas regras tarifárias, esses **tributos** são recolhidos pela distribuidora, mas arcados pelos consumidores, e repassados à União." Os cálculos do relator apontam que a redução na tarifa poderia atingir 5% ainda neste ano e cerca de 9% em 2023.

As distribuidoras de energia, por outro lado, argumentam que sustentaram toda a batalha jurídica que resultou no pagamento dos créditos tributários. A Aneel já havia recusado o pleito para que a totalidade dos recursos fossem para essas empresas, que agora pediam compensação por terem questionado a tributação inadequada.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49930&anchor=6456986&pd=07d5d2db0d341695d905bbf47cf0b419>

Estelionato eleitoral e impostos - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Até o final da semana, podem aparecer umas contas de dezenas de bilhões de reais para governo federal, estados e municípios. Como e quem vai pagar? No ano que vem a gente pensa nisso. Não importa se aparecer de novo governo estadual ainda mais quebrado, se não houver dinheiro para renda mínima para pobres, se a ciência e as universidades forem de vez para a lata de lixo ou coisa ainda pior.

O Congresso está em fúria legislante tributária como poucas vezes se viu em período de "esforço concentrado", quando se aprovam baciadas de leis pouco antes de campanhas eleitorais. Tem de tudo, em geral medida aloprada, incompetência e favores -e até mesmo coisa que pode prestar.

Estão em discussão:

1) Refis para médias e grandes empresas e pessoas físicas (renegociação e/ou perdão de dívidas de **impostos**). Dá em mais dívida pública e é incentivo para que não se pague **impostos** em dia;

2) mudança na tabela do IR (mais gente pagaria menos Imposto de Renda). Jair Bolsonaro prometeu em 2018, perdeu o prazo legal e, agora, o Congresso governista ou demagogo em geral que fazer a mudança de qualquer jeito;

3) mudança de **impostos** sobre lucros e dividendos de empresas (aquela **reforma tributária** que estava na gaveta);

4) redução de ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, comunicações e transportes, que tira dinheiro de estados, cidades e do Fundeb (o fundo geral que uniformiza o gasto com educação de estados e municípios);

5) uso das receitas do governo federal com petróleo etc. para compensar perdas de estados e municípios com a redução do ICMS, mexendo no teto de gastos (vide item anterior);

6) aumento de imposto federal sobre petroleiras, também para reduzir o custo de combustíveis, mas não se sabe bem para onde iria o dinheiro (compensação de estados e municípios? Subsídio

federal para combustíveis?);

7) devolução para os consumidores de cobrança indevida de imposto federal sobre a conta de luz, o que é correto, mas, feito de uma vez, vai custar pelo menos R\$ 50 bilhões, sem que esteja claro onde vai parar essa conta;

8) lei que obriga a Petrobras a explicitar como é formado o preço de seus produtos e, talvez, a limitar sua margem (o extra sobre o custo de produção).

Não dá para ser mais preciso porque o Congresso tratava os projetos em ritmo de "barata avoa". Não havia textos legais para ler ou pensar. De resto, nas madrugadas de Arthur Lira (PP-AL), todos os projetos são pardos e sabe-se lá o que será votado ou como.

No final das contas, podem aparecer tabelamentos de preços, intervenções em empresas, subsídios, favores, renúncia de receita e aumentos de dívida de dezenas de bilhões.

A curto prazo pode até aparecer algum efeito em preços. Mas, note-se de passagem, um exemplo só: a fim de reduzir o preço de gasolina e diesel em R\$ 1 por um ano, seria preciso gastar mais de R\$ 100 bilhões (o que não impediria novos reajustes). Ou vão abrir buraco grande no cofre do governo ou o troço não vai fazer efeito.

"As consequências vêm depois", como diz a piada. A lambança com as contas públicas tem efeitos funestos (foi um dos motivos da Grande Recessão de 2015-2016).

Reforma tributária a sério é assunto que causa tédio e é terrivelmente complicado. Sem tal mudança, não vamos ter economia que funcione. Não vai adiante porque envolve interesses empresariais pesados, que acabam paralisando um Congresso em geral negociante e liderado por ignorantes espertos. Agora, podem aprovar uma mixórdia de mudanças.

Na confusão, saqueia-se o governo. No fim, a conta cai no couro dos pobres de um país que parou de crescer, o Peter Pan da miséria.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

30&anchor=6456986&pd=07d5d2db0d341695d905bbf47cf
0b419

Corte na conta de luz com ajuste de tributos passa no Senado

O Senado aprovou ontem projeto para usar o valor de **tributos** recolhidos a mais pelas distribuidoras para abater na conta de luz. O texto prevê que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) implemente a destinação dos créditos de PIS/Cofins que as empresas cobraram a mais de seus usuários, na forma de redução de tarifas. O texto ainda terá de passar pela Câmara dos Deputados.

"O Senado Federal seguirá trabalhando para garantir que o consumidor brasileiro, que já vem sofrendo com a alta das tarifas, não seja ainda mais prejudicado", disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os valores são referentes à cobrança de ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins pagos a mais pelos brasileiros nas contas de luz nos últimos anos, reconhecida como indevida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Dos R\$ 60 bilhões de créditos gerados com a decisão - referentes às ações judiciais movidas por distribuidoras - R\$ 48,3 bilhões já estão habilitados pela **Receita Federal**, sendo que R\$ 12,7 bilhões já foram revertidos para atenuar reajustes tarifários nos últimos anos.

"FAZENDO JUSTIÇA". "Estamos, aqui, fazendo justiça ao consumidor de energia do País, ao cidadão que pagou indevidamente, por mais de 20 anos, uma bitributação.

Estamos devolvendo com justiça esses valores pagos a mais a esse trabalhador, de forma regrada, organizada e rápida", disse o senador o senador Fabio Garcia (União-MT), autor da proposta.

Para o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do projeto, não há dúvidas quanto ao fato que os consumidores devem ser os beneficiários finais desses créditos, já que foram eles que pagaram a contribuição para o PIS/Pasep e para a Cofins em valor maior do que aquele que deveria ter sido cobrado.

"Ora, se o consumidor pagou um valor maior, não há que se falar em não receber integralmente os créditos tributários decorrentes da citada decisão do STF. A votação de hoje fará justiça para com o consumidor de energia no Brasil, fazendo com que haja uma mitigação, portanto, um ajuste para menor das tarifas de energia elétrica", afirmou.

O texto foi aprovado com mudanças na redação e na forma do projeto, que, segundo o relator, foram feitas apenas para deixar alguns pontos mais claros e alinhar o texto com a terminologia empregada pela **legislação tributária**.

ICMS: arrecadação compensará perdas, diz União

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Cachê é nove vezes o orçamento de cultura



Cachês milionários cobrados por Gustavo Lima de prefeituras são questionados. Show em Conceição do Mato Dentro foi cancelado

Bruno Luís Barros

Com cachê de R\$ 1 milhão, o cantor sertanejo Gustavo Lima será a atração principal da comemoração do aniversário de Magé, município a 100 quilômetros do Rio de Janeiro, capital fluminense. A cidade completa 457 anos na quinta-feira da semana que vem e receberá o artista na véspera para uma apresentação. O EM apurou que a cifra destinada ao cantor é nove vezes maior da que o Executivo pretende gastar em atividades artísticas e culturais no decorrer deste ano - exatos R\$ 104.485,50. Ainda segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, as obras para construção, reforma e ampliação de creches municipais têm somente R\$ 72 mil reservados. O Ministério Público abriu investigação para apurar se houve irregularidades na contratação do artista pela prefeitura. Com as diligências já em curso pela 2- Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo de Magé, a intenção é saber a possibilidade de "violação aos princípios da administração pública".

O EM teve acesso ao documento que deu origem ao inquérito civil, no qual é destacado que ultrapassa R\$ 9 milhões o pregão realizado pelo Executivo "para contratação de empresa especializada em serviços de locação de estruturas metálicas e equipamentos, com montagem, manutenção e desmontagem, a fim de realizar diversos shows em comemoração ao 457º aniversário da cidade. Ainda conforme o texto, "há a informação de que a contratação do principal show - cantor Gustavo Lima - ultrapassou a quantia de um milhão de reais, o que supostamente estaria acima do valor de mercado".

Em **comunicado** encaminhado à reportagem do EM, a Prefeitura Municipal de Magé disse que "entregou todas as informações solicitadas pelo Ministério Público sobre todos os shows". "Temos plena convicção de que não há nada de errado no trâmite

processual para as contratações", afirmou a assessoria do Executivo.

Uma contratação feita pela Prefeitura de São Luiz, município no Sul de Roraima, também gerou repercussão nas redes sociais nos últimos dias. A cidade, que tem cerca de 8 mil habitantes e o segundo menor Produto Interno Bruto (**PIB**) do estado - R\$ 147,6 milhões -, contratou o cantor Gustavo Lima por R\$ 800 mil para ser a atração principal da 24-edição da vaquejada.

Na ocasião, a assessoria de imprensa do cantor disse, por meio de nota, que "não cabe ao artista fiscalizar as contas públicas", e que "qualquer ilegalidade cometida pelos entes públicos, seja na contratação de shows artísticos ou qualquer outra forma de contratação com o setor privado, deverá ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas". Cesar Menotti e Fabiano e Solange Almeida também são algumas das atrações já confirmadas. Somando os gastos com os artistas e a estrutura, o evento deve custar R\$ 3 milhões ao município.

CONCEIÇÃO Em Minas, o Ministério Público estadual instaurou procedimento preparatório, intitulado Notícia de Fato, para analisar os contratos firmados pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, na Região Central do estado, com os artistas que se apresentarão no município entre 17 e 23 de julho. Na quinta-feira passada, por meio de nota, o órgão disse que o objetivo é verificar se há elementos que justifiquem a abertura de uma investigação pelo MPMG (inquérito civil). Procurado pela reportagem, o MP destacou que as diligências ainda estão em curso, não havendo fato novo.

A Prefeitura de Conceição do Mato Dentro nega irregularidades no uso dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) para pagar os cachês de Gustavo Lima e Bruno Marrone, que, somados, correspondem a R\$ 1,72 milhão. No entanto, no dia anterior, o Executivo havia anunciado o cancelamento das duas atrações. O Cfem é um tributo pago pelas mineradoras para município onde há atividades minerárias e, segundo o portal da Agência Nacional de Mineração, só pode ser aplicado em "projetos que, direta ou indiretamente, revertam em prol da comunidade local na forma de melhoria da infraestrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação".

Em **comunicado**, o Executivo afirmou que recebeu "com perplexidade" as "notícias que dizem que os

shows ocorriam com verbas da saúde e educação" e reafirmou que o uso dos recursos do Cfem ocorre de forma legal. Além dos pagamentos fixados para Gustavo Lima e a dupla que acabaram tendo suas apresentações canceladas, Simone e Simaria (R\$ 520 mil), Israel e Rodolfo (R\$ 310 mil), Padre Alessandro Campos (R\$ 162 mil), Di Paullo e Paulino (R\$ 120 mil), João Carreiro (R\$ 100 mil) e Thiago Jhonathan (R\$ 90 mil) estão entre as principais atrações, que seguem mantidas no evento. Todos os cachês, conforme a prefeitura, serão pagos com recursos do Cfem.

Prefeitura nega irregularidade

Em nota, a Prefeitura de Magé se manifestou sobre a investigação e negou irregularidade no contrato com o cantor Gustavo Lima: "O município entregou todas as informações solicitadas pelo Ministério Público sobre todos os shows que serão realizados nas comemorações do aniversário de 457 anos de Magé, em que constam também os valores de mercado praticados pelos artistas. Temos plena convicção de que não há nada de errado no trâmite processual para as contratações".

"Magé segue investindo em seus pilares de gestão, que são a educação, saúde e infraestrutura, os verdadeiros motivos de comemorar o aniversário da cidade, já que a história do Brasil passa por aqui e somos a cidade que mais vacinou na região contra a CO-VID-19. O município vai utilizar a verba proveniente dos rendimentos dos recursos aplicados em uma conta de investimento da prefeitura. Entre eles está o recurso que Magé recebeu da privatização da Cedae", conclui a nota do Executivo municipal.

A polêmica sobre os shows milionários pagos por prefeituras começou depois que o cantor Zé Neto criticou a cantora Anitta, apoiadora da candidatura presidencial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com comentário sobre recursos da Lei Rouanet e dizendo que os cachês dos sertanejos são pagos pelo "povo". Em seguida, o cantor Gustavo Lima, que apoia o presidente Jair Bolsonaro, afirmou em um show que o Brasil nunca "vai ser comunismo", repetindo discurso do chefe do Executivo federal. Como reação às declarações dos artistas sertanejos, veio à tona que, na verdade, os cachês milionários são pagos a eles por prefeituras de todo o Brasil com recursos públicos, muitas vezes em municípios com grande carência estrutural e socioeconômica. A polêmica chegou ao Ministério Público, que abriu investigações em alguns casos, e também chegou às redes sociais, nas quais ganhou o apelido de "CPI do Sertanejo".

ENQUANTO ISSO...

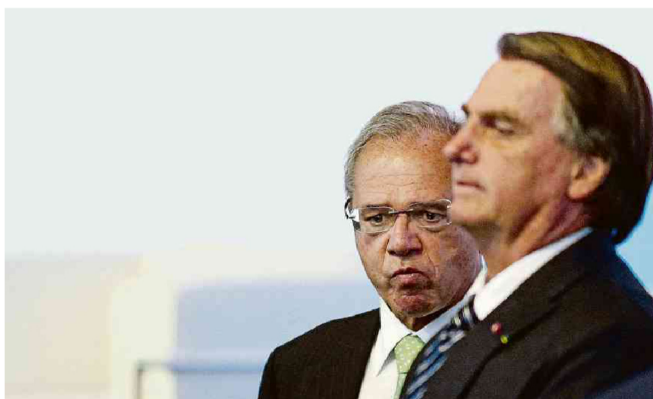
...NOVA MÚSICA FOI GRAVADA EM BH

Em meio à polêmica sobre o pagamento de cachês milionários por prefeituras a cantores sertanejos, que viraram alvo de investigação, o cantor Gustavo Lima lançará hoje, às 21h, mais uma música. A canção "Não pega ninguém ainda" foi gravada durante show em Belo Horizonte, em 24 de abril deste ano. "Amanhã [hoje], a minha nova música, "Não pega ninguém ainda", estará disponível às 21h em todos os apps de música. E na sexta-feira (3/6) às 11h, o clipe estará disponível no meu canal no YouTube!" afirmou o cantor, nas redes sociais. Na noite de terça-feira, ele se apresentou em Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas. E na segunda fez live para comentar a polêmica, reclamou de perseguição e chorou, mas disse que não deixará de cobrar os cachês que acha necessário pelo fato de estarem sendo pagos por prefeituras.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/02/06/2022/p1>

Governo defende decretar calamidade para subsidiar preço de combustíveis



Idiana Tomazelli, Julia Chaib e Marianna Holanda

A pressão por uma solução contra a alta no preço dos combustíveis levou uma ala do governo Jair Bolsonaro (PL) a defender novo decreto de calamidade pública a apenas quatro meses da eleição.

Sob a vigência da calamidade, o entendimento é que o governo teria mais segurança para abrir créditos extraordinários -que permitem uso de recursos fora do teto de gastos (regra que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**). O objetivo é custear medidas para subsidiar os preços ou pagar auxílios a caminhoneiros, entregadores e motoristas de app.

Entre as justificativas usadas por quem defende o uso do instrumento, estão a Guerra da Ucrânia e um suposto risco de desabastecimento de diesel.

Os defensores da calamidade afirmam que o mecanismo, previsto na Constituição e também na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), afasta os requisitos formais de urgência e imprevisibilidade para abertura de crédito extraordinário.

A calamidade também pode eventualmente ser usada para driblar restrições eleitorais, que hoje são uma grande preocupação do governo na adoção de medidas.

A lei eleitoral proíbe, no ano da disputa, a "distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública", exceto em situações extremas (como calamidade ou emergência) ou em casos de programas sociais autorizados em lei e que já eram executados no ano anterior.

A última vez que um decreto de calamidade pública nacional foi aprovado pelo Congresso foi em março de 2020, durante a crise de Covid-19. A situação excepcional durou até o fim daquele ano e não foi restabelecida nem mesmo no ano seguinte, quando a pandemia se agravou e atingiu seu ápice no país.

O movimento por uma nova calamidade ocorre após nova edição do Datafolha mostrar ampliação da vantagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação a Bolsonaro na pesquisa de intenção de voto. O petista aparece com 48% no primeiro turno, ante 27% do presidente.

Desde a semana passada, a possibilidade de um novo decreto vem sendo abordada em reuniões com a presença de autoridades, segundo interlocutores do governo ouvidos pela Folha. Entre os participantes estão os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Paulo Guedes (Economia).

Uma medida que promova a curto prazo uma redução dos preços dos combustíveis é defendida por ministros como o próprio Nogueira e Fábio Faria (Comunicações).

Mas a visão não é consenso no governo. A opção pela calamidade enfrenta resistência de diversos técnicos (sobretudo da Economia), que não veem no conflito na Europa uma justificativa plausível para uma medida tão drástica.

Já no Congresso, aliados governistas são taxativos ao dizer que o governo precisa tomar alguma atitude para não deixar a conta do aumento dos combustíveis e também de tarifas de energia recair no bolso dos mais pobres.

Parlamentares a favor do decreto argumentam que um risco de desabastecimento de diesel no país devido à alta de preços justificaria a calamidade.

A visão é que somente contar com a Petrobras para eventualmente segurar os preços poderia agravar o risco de desabastecimento de diesel (já que preços mais baixos da petroleira desencorajam a importação por parte de concorrentes). Por isso, segundo essa interpretação, a decretação da calamidade com a consequente adoção de algum tipo de subsídio seria mais indicado.

Outro grupo defende novas mudanças no teto de gastos. Todas as discussões, porém, são preliminares, segundo uma liderança do Congresso.

Políticos próximos ao presidente afirmam que Guedes está sob pressão. Segundo esses interlocutores, se não houver uma solução para os combustíveis, poderá haver nova ofensiva para retirá-lo do cargo porque a letargia na Economia poderia comprometer o projeto de reeleição.

Na segunda-feira (30), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), subiu o tom e disse que iria "apertar o governo" por uma solução.

"Vamos apertar nesta semana o governo para que ele decida por fazer ou não subsídio no combustível", disse em entrevista ao Jornal da Record.

"Os governos dos países mais avançados estão dando subsídios para a alta dos combustíveis, que é um problema mundial e interfere na vida de qualquer brasileiro", afirmou.

O próprio presidente da Câmara admitiu os rumores sobre o acionamento da calamidade. "Recurso o Brasil tem demais, a Petrobras tem e o Brasil tem. O problema é quanto isso cabe no teto de gastos ou não. Daí esses rumores do botão da calamidade que o Guedes tem para apertar" Membros da área econômica reconhecem que a declaração expõe uma preocupação política com os aumentos e coloca pressão sobre o governo.

Segundo relatos ouvidos pela Folha, a ala política diz ter recebido sinalizações favoráveis nas conversas com Guedes e entende que o corpo técnico da pasta é o único obstáculo.

Dentro da Economia, porém, a visão é de que Guedes busca desidratar a ideia mostrando que acionar o botão da calamidade traz como consequência uma trava em outros gastos, como salários do funcionalismo -reajustes são vetados nessa situação.

Nos últimos dias, o governo passou a discutir a possibilidade de desistir de um aumento linear de 5% aos servidores devido à falta de espaço dentro do teto.

Os técnicos também temem que um decreto de calamidade abra a porteira para a ganância em ano eleitoral.

Há uma preocupação na campanha do presidente de que o aumento dos combustíveis seja o principal obstáculo à reeleição. Em entrevista à Folha, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse ser

justamente isso o que está segurando o crescimento de Bolsonaro nas pesquisas.

Ele defendeu ainda usar R\$ 15 bilhões do lucro da Petrobras para criar algum tipo de subsídio. "O que está segurando ainda é o preço dos combustíveis. Mas, mesmo assim, ele [Bolsonaro] está crescendo." Parlamentares aventam a possibilidade de a própria Petrobras criar uma espécie de subsídio como uma política da empresa, com destinação do excedente de dividendos que superam o mínimo a ser distribuído aos acionistas (o que não mexe ria no Orçamento da União). Mas essa via é considerada demorada, pois nem sequer foi concretizada a troca no comando da companhia.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta (1º) que a implementação de subsídios para mitigar os impactos sociais da alta nos preços das commodities (como petróleo) é uma "boa solução", mas ponderou que medidas nesse sentido carregam o risco de se tornarem gastos públicos permanentes.

A própria equipe econômica tem estudos internos para a implementação de um vale-caminhoneiro, medida que tem um custo estimado em R\$ 1,5 bilhão. Mas ainda não há detalhes de onde sairiam os recursos.

A ala política do governo sempre pressionou pela concessão de subsídios, mas esbarrou nas resistências de Guedes a uma iniciativa imediata. Um dos argumentos agora, no entanto, é que a alta de preços persiste mesmo após o prazo de 60 dias citado pelo ministro da Economia em março para segurar novas medidas.

"Vamos nos movendo de acordo com a situação", afirmou Guedes em 10 de março. "Se isso [guerra] se resolve em 30 ou 60 dias, a crise estaria mais ou menos endereçada. Agora, vai que isso se precipita e vira uma escalada? Aí sim você começa a pensar em subsídio para o diesel", acrescentou na ocasião.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49930&anchor=6456986&pd=07d5d2db0d341695d905bbf47cf0b419>



Calamidade e combustíveis

Qual é o impasse em torno dos combustíveis? Integrantes do governo defendem um **subsídio dos cofres públicos** para ajudar a população a arcar com o **preço dos combustíveis**, mas **não há espaço no teto de gastos** —regra que impede o crescimento das despesas federais para além da inflação

O que é o decreto de calamidade? Segundo a Constituição, o presidente pode propor a decretação de estado de calamidade, que dependerá do aval do Congresso. Em uma calamidade nacional, a União é autorizada a adotar um regime fiscal extraordinário, com mais **flexibilidade para gastar** —ao mesmo tempo que passam a valer automaticamente algumas restrições, como vedação a reajustes em salários de servidores federais

(contrapartidas adicionadas à Constituição em 2021)

O que querem integrantes do governo? Há discussões dentro do governo para decretar calamidade e abrir caminho ao uso de créditos extraordinários, fora do teto de gastos, para bancar medidas contra a alta dos combustíveis. Além da **Guerra da Ucrânia**, que impulsionou os preços do petróleo, há quem justifique a medida com o **risco de desabastecimento de óleo diesel**. A estratégia tem defensores dentro do governo e também no Congresso

A proposta de calamidade é um consenso? Não. Técnicos da área econômica resistem à estratégia de calamidade. Além de não verem justificativa para isso, há o temor de que a medida abra a porteira para a gastança em ano eleitoral

Inflação do café da manhã é mais que o dobro do IPCA

Douglas Gavras e Gilvan Marques

Tomar café da manhã está mais salgado para o brasileiro, já que itens como pão francês, margarina e leite subiram acima da **inflação** oficial do país, medida pelo IPCA (índice Geral de Preços ao Consumidor - Amplo), em 12 meses até abril.

A **inflação** dos itens da cesta básica bateu em 28,9% em 12 meses até abril -patamar recorde desde que o acompanhamento começou a ser feito, em setembro do ano passado, segundo estudo mensal feito por economistas da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

No caso dos produtos do café da manhã, a alta de preços foi de 32,16% -bem acima do registrado no IPCA de 12 meses até abril (12,13%).

O índice de **Inflação** da Cesta Básica em 12 meses até abril aponta que as maiores altas desse conjunto de alimentos foram de tomate (103,26%), café em pó (67,53%)e batata-inglesa (63,4%). Nesse cálculo, apenas um item apresentou queda de preço: o arroz, que ficou 11,53% mais barato.

No mês de abril, o único item que apresentou queda foi a banana-prata, de 3,18% O cálculo pondera as despesas de consumo das famílias residentes nas áreas urbanas, com rendimentos entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, obtidos a partir da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2017-2018.

Servindo pão, bebida quente, biscoitos e bolos para o café da manhã de cerca de 700 pessoas em sua paróquia, na zona leste de São Paulo, o padre Julio Lancellotti conta que a carestia dos alimentos reduziu as do ações de cestas básicas em cerca de 70%.

"Usamos muitos alimentos para conseguir dar conta da demanda das famílias, mas as doações caíram muito. Tivemos de reduzir a distribuição de complementos para o café da manhã, como bolos e achocolatado", diz o padre. A procura por alimentos tem flutuado nos últimos meses, mas no inverno a procura por comida tende a ser maior: "Desde a pandemia, aumentou o número de pessoas que precisam escolher entre alimentação ou moradia. Não

são apenas pessoas em situação de rua. Recebemos muitos aposentados que não conseguem mais se manter com o que ganham." O pão servido no projeto é de fabricação própria, mas os insumos usados na padaria para a fabricação de 1.200 pães por dia subiram consideravelmente nos últimos meses, conta o padre.

A meta é servir ao menos um pão a cada pessoa, mas o religioso diz que nem sempre tem todos os itens para doar: "Depende do dia. O pão que a gente prepara já é feito de uma forma que não precisa de recheio." Segundo o professor Jackson Bittencourt, da PUC-PR, "sem dúvida a **inflação** afeta muito mais as pessoas de rendimentos mais baixos, mas na atual conjuntura ela tomou os preços dos itens da cesta básica inacessíveis para muitos brasileiros".

Em maio, a prévia da **inflação**, medida pelo IPCA-15, subiu 0,59% -a alta foi mais leve do que a registrada em abril (1,73%), mas veio acima do que previam os analistas.

No acumulado de 12 meses, o IPCA-15 bateu em 12,20%, a maior taxa para o índice desde novembro de 2003, quando o acumulado foi de 12,69%. Um estudo da CVA Solutions mostra que a busca por preços menores já provocou várias mudanças nas compras em supermercados.

O consumidor passou a ir mais vezes por semana a o supermercado do que ia no ano passado (aumento de 0,5 ponto). A procura por descontos, prêmios e promoções inflou os programas de fidelidade. O número participantes desses benefícios aumentou de 28,3% para 30,5%.

O brasileiro também aderiu mais às marcas próprias dos supermercados: 54% as compram, e 62% desses consideram que a qualidade é comparável à das marcas mais famosas. Em 2021, esses percentuais eram de 52% e 58%, respectivamente.

"Conquistar o consumidor com programas de fidelidade, incentivar o uso de aplicativos com descontos e acúmulos de pontos são medidas muito eficientes", diz Sandro Cimatti, sócio -diretor da CVA.

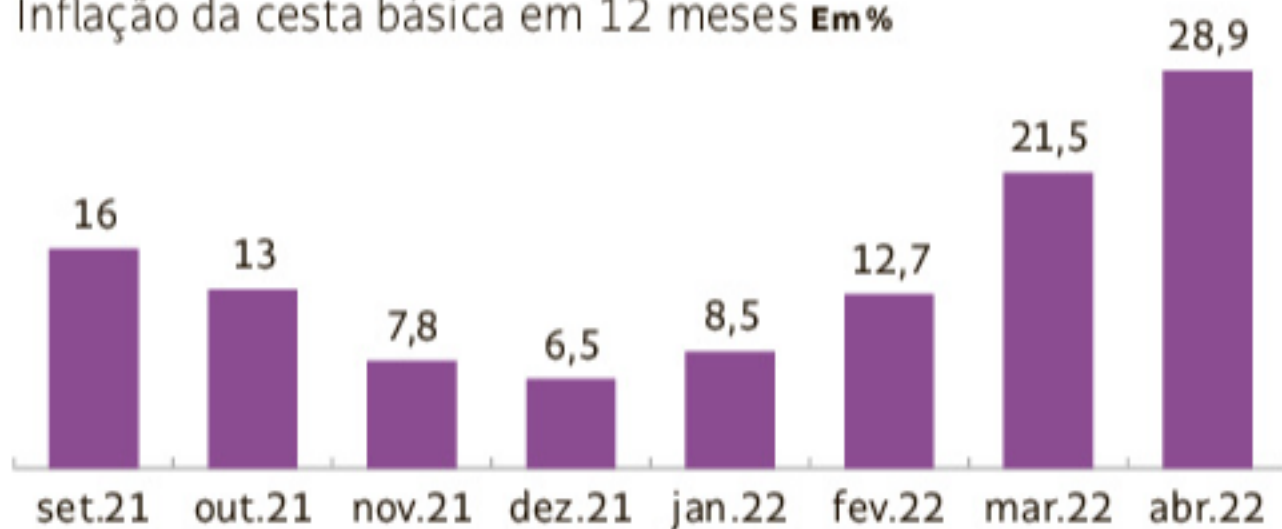
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

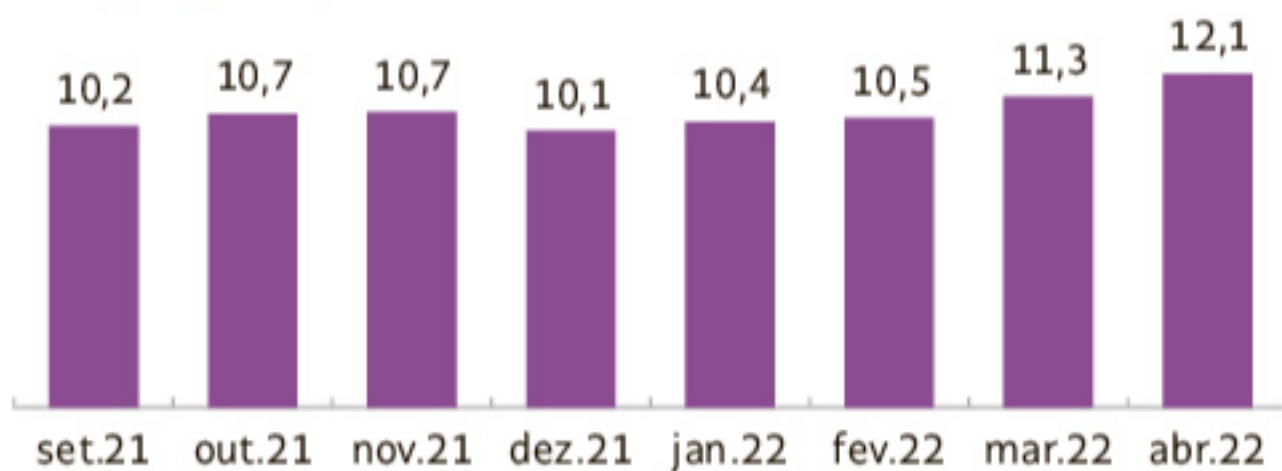
***30&anchor=6456986&pd=07d5d2db0d341695d905bbf47cf
0b419***

Inflação castiga consumidor

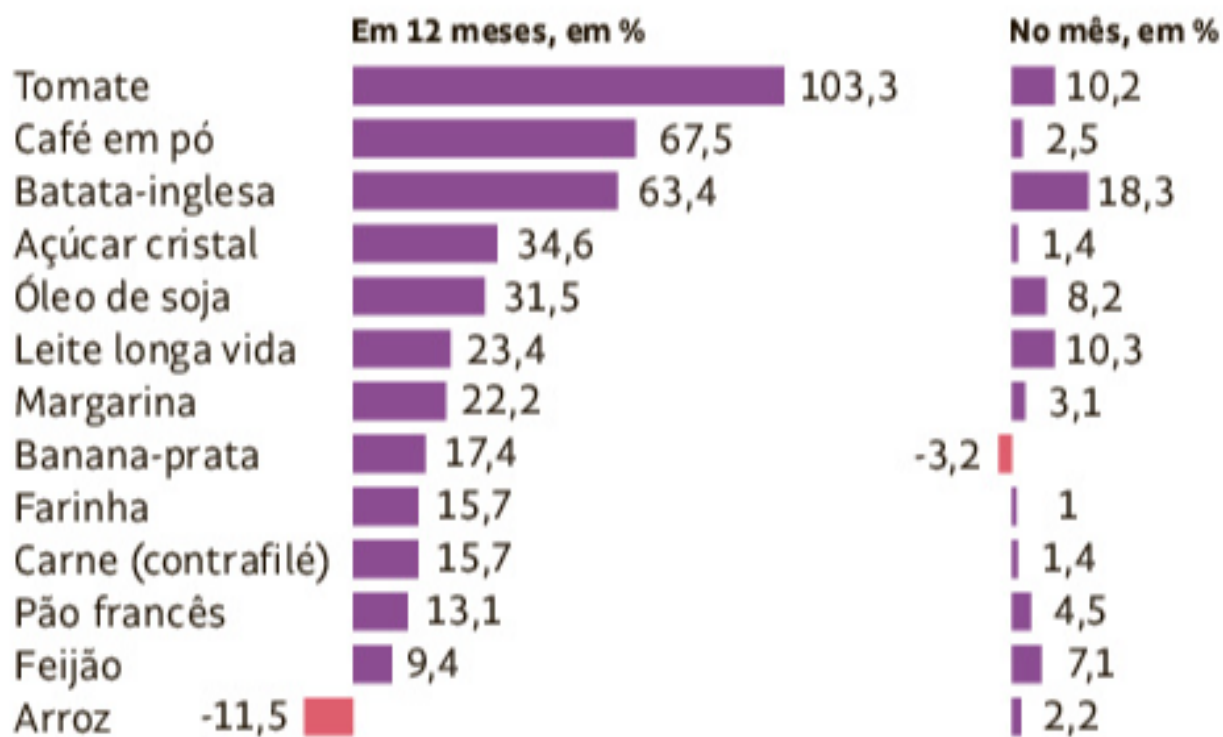
Inflação da cesta básica em 12 meses **Em %**



Inflação geral, pelo IPCA em 12 meses **Em %**



Alimentos com maiores aumentos



Fontes: IBGE e PUCPR

Lucros de empresas na Bolsa sobem mais de 80% no 1º trimestre

Lucas Bombana

Impulsionado pela forte alta nos preços das commodities no início do ano, o lucro das empresas com ações listadas em Bolsa saltou quase 85% no primeiro trimestre de 2022, na comparação com igual período do ano passado.

As companhias brasileiras de capital aberto reportaram um lucro consolidado de R\$ 170 bilhões de janeiro a março deste ano, ante R\$ 92,5 bilhões no mesmo intervalo de 2021 (em valores nominais, sem considerar a **inflação**), uma alta de cerca de 83,5%, segundo levantamento da plataforma Economatica.

Entre os maiores lucros do período, três grandes exportadoras de commodities-Petrobras (que viu o lucro saltar mais de 3.700% em bases anuais, para R\$ 44,5 bilhões), Vale e Suzano- se destacam à frente das demais, em um cenário de **inflação** pressionada em escala global na esteira da alta nos preços das matérias-primas.

Os lucros dos grandes bancos, que se beneficiam de um cenário de alta dos juros, com aumento da rentabilidade nas carteiras, também estiveram entre os destaques positivos no primeiro trimestre.

Já as empresas de consumo e varejo reportaram, na média, resultados considerados fracos pelos analistas, diante de uma atividade econômica que demonstra dificuldades para engatar uma recuperação mais consistente. O setor da construção civil, que vê a demanda arrefecer com a alta da Selic e, por consequência, dos financiamentos imobiliários, também aparece entre os destaques negativos da temporada de balanços.

Tanto no caso das empresas de varejo como no das construtoras, a alta dos insumos e a dificuldade de fazer o repasse integral ao cliente final em um ambiente de economia ainda fragilizada também contribuíram para os resultados fracos.

Segundo análise da XP, em linhas gerais, os números apresentados vieram, em sua maioria, acima do esperado, com cerca de 60% das empresas com lucro operacional que superaram as expectativas indicadas pelo consenso dos analistas de mercado.

Estrategista de ações da XP, Jennie Li diz que, além do grande destaque positivo para as commodities, os bancos, e em especial Itaú e BB (Banco do Brasil), foram os que mais sobressaíram em relação ao esperado, com expansão robusta das carteiras de crédito em linhas mais rentáveis, como cartão de crédito.

Já o Santander foi o que entregou os resultados considerados mais fracos na comparação com os pares, com expansão apenas modesta do lucro no período, diz Victor Penna, analista do BB Investimentos.

Na avaliação dos especialistas, o ponto de atenção que fica para os próximos balanços no caso das instituições financeiras é em relação a como se dará o avanço da inadimplência, em um cenário de **inflação** ainda elevada e alta dos juros.

A analista da XP afirma ainda que o setor de shoppings, com nomes como Iguatemi e BRMalls, que se beneficiou da redução das restrições de circulação de pessoas nos últimos meses, também aparece entre os destaques positivos.

Principalmente no caso daqueles mais focados na alta renda, com lojas como Arezzo, Grupo Soma e Vivara, em que o poder de consumo dos clientes acaba demonstrando uma resiliência maior do que a média, acrescenta.

Empresas de comércio eletrônico de atuação mais abrangente, por sua vez, sentiram mais os impactos do ritmo lento de recuperação da atividade econômica, como Magazine Luiza e Via.

"Com a provável continuidade do ciclo de alta dos juros, ante uma **inflação** persistente, as varejistas tendem a seguir com os números mais pressionados nos próximos trimestres", diz Jennie.

Ainda dentro da temática de volta da mobilidade, Penna, do BB Investimentos, destaca os números considerados positivos das locadoras de veículos, como Movida e Localiza.

Também no setor de transportes, prossegue o analista, as companhias aéreas, embora tenham experimentado um aumento da demanda dos

passageiros, têm sofrido de um modo geral com a alta no preço dos combustíveis, com resultados classificados como neutros.

Penna diz ainda que, entre as produtoras de commodities, além do destaque principal para o forte aumento no lucro da Petrobras, no embalo da alta no preço do petróleo no mercado internacional, a Gerdau também conseguiu apresentar números considerados positivos, embalados pela operação nos EUA.

O analista acrescenta ainda ter sido surpreendido positivamente pelo desempenho apresentado pela Suzano, que soube se valer da alta da celulose e de estratégias com derivativos para se proteger da volatilidade cambial.

"De modo geral, os números vieram em linha com o que estávamos esperando, o que, por si só, vemos como uma boa notícia, tendo em vista tantas incertezas no cenário, com a alta de juros no exterior e a Guerra da Ucrânia", diz Pedro Serra, chefe de pesquisa da Ativa Investimentos.

As construtoras de uma forma geral, com destaque negativo para os números da Tenda, e as empresas do setor de consumo, como a BRF, são apontadas dentre aquelas que mais sofreram com o aumento dos custos vinculados às matérias-primas, como aço e grãos para ração animal, respectivamente, e a dificuldade de fazer o repasse integral para os consumidores.

Empresas do ramo de saúde, como Hapvida e Rede D"Or, também mostraram números considerados negativos pelos analistas, com o aumento de casos de Covid-19 no primeiro trimestre e da sinistralidade ainda gerando uma pressão sobre os custos das operações e corrosão das margens.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49930&anchor=6456986&pd=07d5d2db0d341695d905bbf47cf0b419>

Lucro líquido das empresas listadas em Bolsa no 1º trimestre de 2022

Lucro líquido consolidado

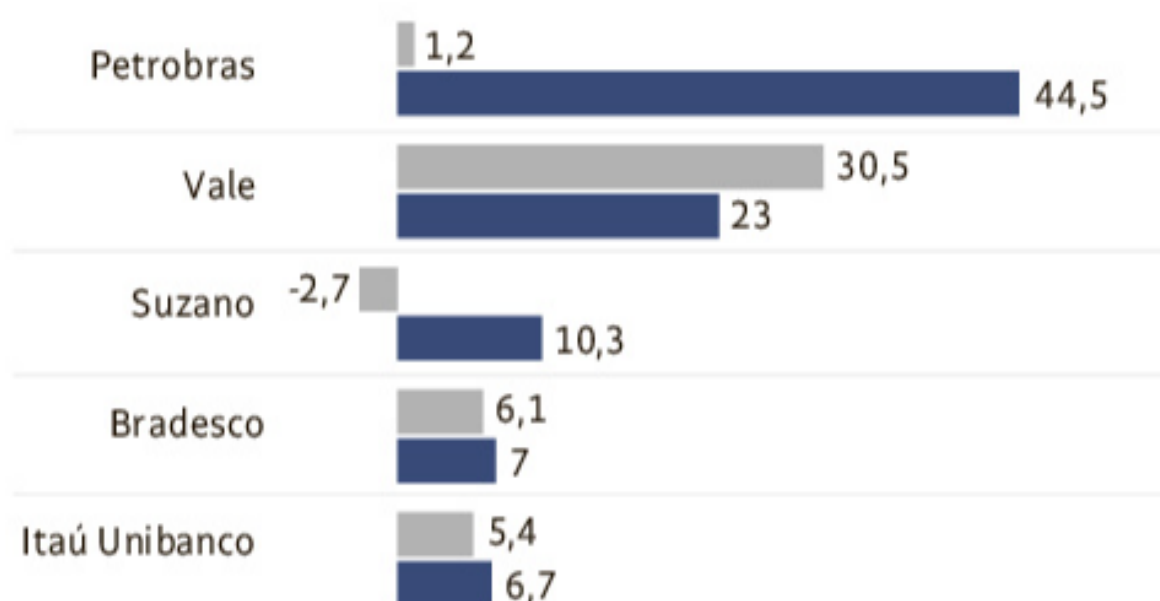
Em R\$ bilhões



5 maiores lucros líquidos no 1º tri.2022

Em R\$ bilhões

■ 1º tri.2021 ■ 1º tri.2022



Resultados no 1º tri.2022 em relação ao consenso de mercado

Em %

60 Acima das expectativas

36 Abaixo das expectativas

4 Em linha com as expectativas



Fonte: Economatica, Bloomberg e XP

Fome à brasileira (Editorial)

Com a pandemia, a desigualdade, a pobreza e a fome aumentaram no Brasil. Também aumentaram no mundo, e foram agravadas pela guerra de Vladimir Putin e ainda mais por suas ações criminosas, como o bloqueio naval do Mar Negro, o confisco de grãos e maquinários ucranianos e a retenção de estoques na Rússia. O secretário-geral da ONU alerta para um "furacão da fome". O paralelo pode servir de desculpa para a resignação e, pior, de pretexto para a inação do poder público brasileiro. Afinal, o Brasil não existe no vácuo e é impotente para alterar o curso das grandes engrenagens planetárias.

Mas dados cotejados do Gallup World Poll pelo pesquisador Marcelo Neri, da FGV Social, comprovam que o problema é bem maior no Brasil. Ele antecede a pandemia, e os efeitos dela no País foram mais profundos. Entre 2019 e 2021, a parcela de brasileiros a quem, no curso de 12 meses, faltou dinheiro para alimentar a si ou a família subiu de 30% para 36%. Durante a pandemia, a insegurança alimentar no Brasil subiu 4,48 pontos percentuais a mais do que no resto do mundo. Mas a pandemia só acentuou um mal que se alastrava. Entre 2004 e 2013, a proporção de famílias em insegurança alimentar caiu 35,2%. Em 2014 o Brasil saiu oficialmente do Mapa da Fome.

Mas no mesmo ano, com o fim do superciclo das commodities e, sobretudo, com os desmandos da gestão Dilma Rousseff, a economia embicou para a pior recessão da história recente. Entre 2013 e 2018, as famílias em insegurança aumentaram 62,3%. Assim, se em 2014 o Brasil estava com níveis de insegurança inferiores a 75% dos 141 países pesquisados pelo Gallup, em 2021 atingiu um nível menor que 52% deles e passou, pela primeira vez na série histórica iniciada em 2006, a ter níveis piores que a média global. Tudo somado, em 7 anos a fome no Brasil dobrou.

Mas além das medianas, o choque foi brutalmente desproporcional entre ricos e pobres. Entre 2014 e 2021, a insegurança alimentar entre os 20% mais pobres cresceu quase 40 pontos percentuais (de 36% para 75%), ultrapassando a média global (48%) e chegando a um nível próximo a países com maior insegurança, como o Zimbábue (80%). Enquanto isso, entre os 20% mais ricos a insegurança caiu três pontos (de 10% para 7%), ficando um pouco abaixo do país com menos insegurança alimentar, a Suécia (5%). Os dados revelam ainda uma "feminização da fome" na pandemia. Entre 2019 e 2021, enquanto a insegurança alimentar caía 1 ponto percentual entre os

homens (de 27% para 26%), ela aumentava 14 pontos entre as mulheres (de 33% para 47%), possivelmente porque as mulheres foram mais afetadas no mercado de trabalho, sendo mais demandadas em casa durante o isolamento social e o fechamento das escolas. A diferença entre gêneros no Brasil é hoje 6 vezes maior do que a média global. A combinação dessas mazelas é catastrófica.

A insegurança alimentar está mais concentrada em indivíduos de meia-idade, mulheres e pobres, que moram em domicílios com maior número de crianças. A fome é um sofrimento infernal para adultos e crianças. Mas a subnutrição infantil deixa sequelas físicas e mentais por toda a vida. A desgraça é, antes de tudo, humanitária, mas também socioeconômica. Entre outros efeitos, os problemas de alimentação brasileiros estão associados à prevalência de doenças crônicas, baixo desempenho escolar e baixa produtividade no trabalho. A fome no presente depauperará o futuro.

A guerra deve agravar a **inflação** e a escassez de alimentos no mundo nos próximos meses. Mais uma vez, o problema tende a ser magnificado pelas precariedades econômicas peculiares do Brasil. A **inflação** de 12 meses chega a 12%, e para a classe mais baixa está 1,9% acima da mais alta. Os juros sobem e o desemprego persiste nos dois dígitos. A estagflação foi pior para os mais pobres e tende a piorar. A tragédia é ainda mais chocante quando se considera que se passa no "Celeiro do Mundo". Ou seja: não falta comida no Brasil. Faltam renda, emprego, programas emergenciais e solidariedade. Se há uma pauta primordial para as eleições, é a fome.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Teto do ICMS afeta educação (Editorial)



Iniciativa da Câmara dos Deputados de reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis e energia elétrica, criando uma alíquota máxima no País inteiro a fim de frear a alta da **inflação**, pode acabar tirando recursos da educação básica. O efeito perverso, porém previsível, parece ter passado despercebido entre os deputados que votaram favoravelmente ao projeto de lei complementar aprovado às pressas e sem maiores discussões na semana passada.

Em boa hora, o movimento Todos pela Educação veio a público, na última segunda-feira, alertar para o risco de perdas bilionárias nas redes municipais e estaduais de ensino onde estão matriculados oito em cada dez alunos no País. O prejuízo ameaça o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), principal mecanismo de financiamento da rede pública de creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental e médio.

De acordo com os dados divulgados pela entidade, o Fundeb poderá perder até R\$ 19,2 bilhões neste ano, caso o projeto aprovado pela Câmara receba aval do Senado, onde já está em análise. O cálculo, feito a partir de estimativas do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), considera tanto a diminuição da arrecadação dos Estados com o ICMS, cujas perdas poderão subtrair até R\$ 16,7 bilhões do Fundeb, quanto a consequente queda de até R\$ 2,5 bilhões na

complementação federal ao fundo, uma vez que o aporte da União é proporcional às receitas de Estados e municípios.

Em nota, o Todos pela Educação chamou a atenção para o tamanho do desafio que as redes de ensino enfrentam após dois anos de ensino remoto e híbrido na pandemia de covid-19. E destacou possíveis consequências negativas decorrentes da perda de receitas do ICMS: atrasos na construção de creches, problemas para contratação de transporte escolar terceirizado e risco de comprometimento de ações estratégicas, como a ampliação da oferta de ensino em tempo integral, a contratação de professores para aulas de reforço, a formação docente e a disponibilização de psicólogos para os alunos. "A prioridade de futuro do país, nesse momento, deve ser investir na educação básica", diz o texto, acrescentando que a proposta aprovada na Câmara "promove o exato oposto".

Outro ponto essencial diz respeito à criação de mecanismo para que o governo federal compense parte das perdas de arrecadação. Como o ICMS é o principal imposto para o financiamento da educação no País, com 20% de sua receita automaticamente direcionada para o Fundeb, faz-se necessário que a reposição de recursos, qualquer que seja o seu formato, garanta a injeção de receitas no Fundeb. Do contrário, não haverá certeza de que a compensação sirva para recompor o orçamento da educação básica. Nesse sentido, a entidade sugere que os senadores assegurem a reposição de pelo menos 37% das perdas dos Estados e de 40%, no caso dos municípios.

O Senado fará bem ao ensino brasileiro se levar em conta os argumentos do Todos pela Educação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo negocia projeto para quebrar o controle da Petrobras sobre dutos

ADRIANA FERNANDES

Nas negociações para a aprovação de medidas com potencial de redução dos preços dos combustíveis, o governo discute com lideranças aliadas no Congresso o envio de um projeto para abrir a Transpetro, braço da Petrobras que opera terminais e dutos, à concorrência.

A proposta teria o objetivo de garantir "de fato" que refinarias, distribuidoras e importadores tenham acesso à infraestrutura da Transpetro - que, na avaliação de integrantes do governo, tem grande ociosidade.

Segundo o Estadão apurou, o envio do texto está sendo discutido com o Congresso para ser incluído no pacote de projetos que podem ajudar a reduzir preços neste momento de alta da **inflação** - algo com potencial para afetar as chances de reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Entre os projetos em tramitação, está a fixação de um teto de 17% para o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, gás, telecomunicações e transportes. O texto foi aprovado na Câmara e agora será avaliado pelos senadores.

Subsidiária integral da Petrobras, a Transpetro tem uma atuação voltada para logística de transporte: dutos e terminais e transporte marítimo.

Conta com mais de 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 55 navios.

Segundo fontes a par das negociações, a Transpetro tem obrigação em lei de ceder e compartilhar essa infraestrutura.

Mas, na prática, isso não aconteceria. A intenção da proposta é forçar esse movimento de uma maneira mais contundente.

Para o convencimento dos parlamentares, integrantes do governo têm reforçado que há trechos de dutos com ociosidade acima de 50%.

Em nota, a Transpetro disse seguir normas sobre o livre acesso a suas instalações e ressaltou que sempre prestou informações aos órgãos de controle.

"Os interessados podem ainda recorrer à agência reguladora em caso de negativa pelo operador, porém nunca houve determinação da agência obrigando a Transpetro a agir de forma distinta da que vem praticando, demonstrando o compromisso com a transparência e com as boas práticas concorrenciais." PUNIÇÃO. O projeto deve dar mais instrumentos à Agência Nacional de Petróleo (ANP) para que toda a cadeia - refinarias, distribuidoras e importadores - possa usar os dutos da Transpetro. A atual determinação para compartilhamento é considerada muito genérica, e a ANP só tem hoje duas ferramentas de punição: multas e cassação da licença da Petrobras, o que é inviável.

No ano passado, o envio de uma medida provisória com essa proposta foi barrado pelo ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, substituído no cargo pelo economista Adolfo Sachsida.

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-diretor da ANP, Helder Queiroz avalia que a medida em tese é boa, mas, na prática, "é nula" diante da urgência que o governo tem de reduzir os preços dos combustíveis.

"É uma medida para o médio e longo prazo, por isso não seria suficiente para atender ao que o governo almeja, que é a competição com preços mais baixos rapidamente", afirma Queiroz, acrescentando que a ociosidade não é tão alta se a análise compreender períodos mais longos, como um ou dois meses.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alta da cesta básica até abril já levou ganho do mínimo

CÁSSIA ALMEIDA E JÉSSICA MARQUES*
economia@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>